O FAZER-SE UMBANDISTA ENTRE 1941 E 1970: PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS UMBANDAS NO BRASIL

Lucas Oliveira Rodrigues dos Santos, Lidiane Maria Maciel

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, pesquisa.lucas27@gmail.com, lidiane@univap.br.

Resumo

Este artigo analisa os processos de legitimação das Umbandas no Brasil entre 1941 e 1970, considerando as disputas em torno de suas ancestralidades, tradições e fundamentos. Parte-se do Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, realizado em 1941, para compreender as diferentes formulações sobre a constituição da religião e os esforços de institucionalização. A pesquisa busca evidenciar como determinadas concepções, especialmente aquelas associadas ao cristianismo e ao kardecismo, foram mobilizadas na construção de uma Umbanda reconhecida como brasileira, enquanto fundamentos africanos e indígenas foram reelaborados e hierarquizados. A análise dialoga com a Sociologia Histórica, considerando a articulação entre diferentes processos sociais, trajetórias, continuidades e mudanças. Para isso, realiza-se pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes os periódicos *Diário de Notícias* (RJ), *Jornal de Umbanda* e relatos de Tancredo da Silva Pinto em suas obras literárias. O estudo também acompanha a atuação de Tata Tancredo e a defesa da Umbanda Omolokô como expressões bantu-religiosas. Conclui-se que a institucionalização por parte de um segmento social não produziu uma trajetória única, mas diferentes processos de reprodução, reelaboração e permanência de saberes nos terreiros.

Palavras-chave: Umbanda. Religiosidade. Cultura.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, História.

Introdução

A Umbanda no Brasil é frequentemente apresentada a partir da narrativa de que sua formação teria ocorrido em 1908, com Zélio Fernandino de Moraes e a incorporação do Caboclo das Sete Encruzilhadas na Federação Espírita de Niterói, em 15 de novembro daquele ano. Segundo essa narrativa, o Caboclo das Sete Encruzilhadas, associado à figura reencarnada do jesuíta Gabriel Malagrida, teria anunciado a formação de uma nova religião. O episódio passou a ser difundido como o mito fundador da Umbanda. Conforme aponta Simas (2021), essa narrativa ganhou maior força no Brasil a partir da década de 1970, enquanto Sá Júnior (2012) destaca o amplo detalhamento que ela posteriormente receberia nas obras de Rubens Saraceni.

Entretanto, a narrativa centrada em Zélio Fernandino de Moraes não constituiu uma explicação única para a constituição das Umbandas. As diferentes interpretações elaboradas ao longo do século XX evidenciam que sua legitimação esteve relacionada não apenas à organização institucional da religião, mas também à definição de quais referências, práticas, ancestralidades e saberes poderiam ser reconhecidos como legítimos. Nesse processo, elementos de matrizes africanas e indígenas foram incorporados, reelaborados ou deslocados, enquanto determinadas formulações buscaram aproximar a Umbanda de referências cristãs, kardecistas e de discursos associados à identidade nacional (Dias, 2024).

Essa questão permite deslocar a análise de uma busca por uma origem única para a compreensão dos processos históricos que contribuíram para a constituição de diferentes formas de Umbanda. Em diálogo com Dias (2024) e Simas (2021), parte-se da compreensão de que essas disputas não envolveram apenas a presença ou ausência de elementos africanos e indígenas, mas as formas pelas quais essas heranças poderiam ser reconhecidas, legitimadas e transmitidas no interior de uma religião que buscava afirmar-se como autenticamente brasileira.

A partir dessa perspectiva, este trabalho busca compreender as disputas em torno da legitimação das Umbandas entre 1941 e 1970, considerando como diferentes processos sociais se combinaram e

produziram efeitos sobre suas tradições, ancestralidades e formas de organização. Para isso, são analisadas fontes bibliográficas, documentais e periódicos da época, buscando evidenciar tanto as formulações que se consolidaram como referências legítimas quanto outras trajetórias e saberes que permaneceram em circulação, foram reelaborados ou precisaram construir espaços próprios de afirmação.

Metodologia

A pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, articulando estudos sobre as Umbandas, ancestralidades afro-indígenas e povos de terreiro à análise de fontes produzidas no período. A abordagem fundamenta-se na Sociologia Histórica, especialmente nas contribuições de Monsma, Salla e Teixeira (2018), buscando compreender como diferentes processos sociais, trajetórias e disputas se articulam ao longo do tempo e produzem diferentes possibilidades de continuidade e mudança.

O diálogo bibliográfico mobiliza autores como Simas (2021), Dias (2024), Sá Júnior (2012), Ortiz (1991), Oliveira (2007), Amorim (2021), Miranda (2021) e Souza (2009), além das formulações de Pinto e Freitas (1956). Esses estudos contribuem para a compreensão dos processos de institucionalização e legitimação das Umbandas, bem como das disputas em torno de suas ancestralidades, entidades, práticas e tradições.

A pesquisa documental tem como principais os periódicos *Diário de Notícias (RJ)* e o *Jornal de Umbanda* e relatos de Tancredo da Silva Pinto em suas obras literárias. Esses documentos permitem acompanhar tanto as formulações apresentadas pelas lideranças umbandistas quanto à circulação pública desses debates, observando como diferentes concepções sobre as Umbandas foram apresentadas, legitimadas e tensionadas.

A análise desse conjunto de fontes busca evidenciar como os processos de legitimação das Umbandas não produziram uma trajetória única, mas envolveram disputas em torno da definição de suas tradições e das formas de reconhecimento de suas ancestralidades, considerando as relações entre reprodução, reelaboração e mudança ao longo do tempo.

Resultados

No que se refere aos anais do Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, realizado em 1941, Simas (2021) identifica três perspectivas sobre a constituição da religião: as que defendiam uma origem não africana; as que reconheciam uma origem africana, mas a desvinculavam da chamada “África Negra”; e as que admitiam essa origem, compreendendo o contato com o cristianismo e o kardecismo como parte de um processo civilizatório. Essas formulações revelam diferentes esforços para definir os fundamentos e conferir legitimidade à Umbanda.

Embora divergentes, essas perspectivas convergiam, em diferentes graus, para a reelaboração dos fundamentos africanos e indígenas. Práticas associadas às categorias de “baixo espiritismo” e “Umbanda Negra” foram submetidas a processos de domesticação, desafricanização e “desmacumbização”, enquanto a elaboração de uma “Umbanda Branca” aproximava a religião de referências cristãs e kardecistas e de uma identidade apresentada como brasileira (Sá Júnior, 2012).

Essas disputas precisam ser situadas no contexto do Estado Novo, marcado pela repressão e pelo controle sobre diferentes práticas religiosas. Nesse cenário, a institucionalização constituía uma estratégia de organização e legitimação diante das possibilidades de enquadramento dessas práticas na legislação penal. A fundação da Federação Espírita de Umbanda, em 1939, e a realização do Congresso de 1941 construíam esse movimento de organização interna e de interlocução com o Estado e a sociedade (Amorim, 2021).

Como aponta Oliveira (2007), a partir das formulações de Ortiz (1991), os chamados “intelectuais umbandistas” desempenharam papel importante nesse processo. A institucionalização buscava organizar os cultos e produzir discursos capazes de apresentar a Umbanda como uma religião racionalizada e socialmente legítima.

A imprensa carioca também participou da circulação dessas formulações. A divulgação do Congresso por jornais da época ampliou a visibilidade das discussões e permitiu que suas propostas alcançassem um público para além dos terreiros (Simas, 2021; Dias, 2024). O *Diário de Notícias*, por exemplo, anunciou os trabalhos que seriam apresentados, destacando temas como a “Evolução dos

Povos", os "Sete Planos do Universo", a legislação sobre liberdade religiosa e a "Utilidade da Umbanda" (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 out. 1941, p. 6).

Figura 1: *Diário de Notícias* (RJ) noticiando o Primeiro Congresso Brasileiro de Espiritismo de Umbanda em 16 de outubro de 1941.



Espiritismo

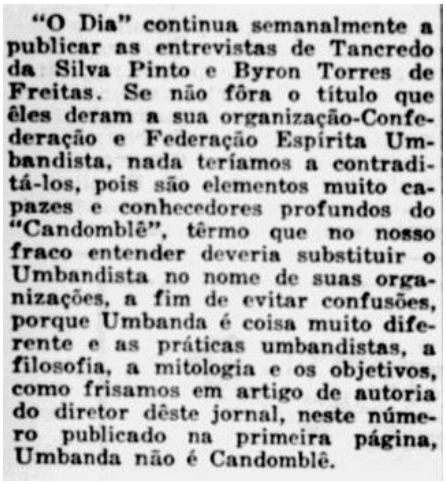
SERA' INSTALADO NO PRÓXIMO DIA 19 O 1.º CONGRESSO BRASILEIRO DO ESPIRITISMO DE UMBANDA

No próximo dia 19, às 20 horas, será instalado, na rua General Câmara, n. 313, 1.º andar, o 1.º Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda. Na solenidade serão apresentados varios trabalhos de valor filosófico, acerca dessa modalidade de práticas espiritas, destacando-se dentre os já concluidos: "O Espiritismo de Umbanda na Evolução dos Povos"; "Umbanda e os Sete Planos do Universo"; "Legislação sobre Liberdade Religiosa no Brasil-Imperio e sua Consolidação do Brasil-República"; "A Utilidade da Umbanda"; "Umbanda Racional"; "Umbanda e a Numerologia"; "Lei (e não linha) de Umbanda"; e "Banhos de Descarga e Defumadores".

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil;

No *Jornal de Umbanda*, dirigido por Jayme Madruga, os chamados intelectuais ligados ao Congresso de 1941 continuaram a registrar e divulgar suas percepções sobre a Umbanda institucionalizada, ao mesmo tempo em que Tancredo da Silva Pinto e Byron Torres de Freitas também utilizavam a imprensa como espaço de afirmação das matrizes, práticas e tradições africanas presentes na religião. Os debates entre esses grupos materializaram-se, assim, nos periódicos, que se constituíram como espaços de divulgação, afirmação e confronto de diferentes concepções sobre as Umbandas. Um exemplo desse debate pode ser observado na edição de nº 40 do *Jornal de Umbanda*:

Figura 2: *Jornal de Umbanda*, Rio de Janeiro, Março de 1954, nº 40 p. 8



"O Dia" continua semanalmente a publicar as entrevistas de Tancredo da Silva Pinto e Byron Torres de Freitas. Se não fôra o título que êles deram a sua organização-Confederação e Federação Espírita Umbandista, nada teríamos a contraditá-los, pois são elementos muito capazes e conhecedores profundos do "Candomblê", têrmo que no nosso fraco entender deveria substituir o Umbandista no nome de suas organizações, a fim de evitar confusões, porque Umbanda é coisa muito diferente e as práticas umbandistas, a filosofia, a mitologia e os objetivos, como frisamos em artigo de autoria do diretor dêste jornal, neste número publicado na primeira página, Umbanda não é Candomblê.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil.

Nesse cenário, destaca-se a atuação de Tata Tancredo da Silva Pinto, conhecido como Tata Ti Inkice e posteriormente como "Papa Negro da Umbanda". Sua trajetória esteve vinculada ao universo das religiões afro-brasileiras e à Umbanda Omolokô, articulando atuação religiosa, política e cultural. Conforme Amorim (2021), Tancredo construiu sua atuação em um contexto marcado pelas disputas

em torno da legitimidade das religiões de matriz africana, reivindicando a presença desses fundamentos no espaço público e questionando sua redução a elementos secundários ou exteriores à Umbanda.

Em 1955, Byron Torres de Freitas e Tancredo da Silva Pinto questionaram a concepção de Umbanda defendida pelo *Jornal de Umbanda* e pela União Espírita de Umbanda. Em resposta às formulações publicadas pelo periódico, afirmaram: “Quando afirmamos que o Jornal da Umbanda, ou, melhor os seus dirigentes, nada entendem de Umbanda e são apenas kardecistas, não pretendemos outra coisa senão fazer prevalecer a verdade, somente a verdade. “ (FREITAS; PINTO, 1955, p. 80)

Na sequência, os autores utilizaram uma declaração atribuída a Jayme S. Madruga, segundo a qual os dirigentes seriam “seguidores sinceros da doutrina codificada de maneira tão inspirada por Allan Kardec”, para sustentar sua crítica à aproximação entre a organização e o kardecismo. A partir dessa afirmação, Freitas e Pinto concluíram que a “União Espírita de Umbanda” não seria umbandista, mas “kardecista” (Freitas; Pinto, 1955, p. 80).

A disputa também envolvia as práticas rituais consideradas necessárias para caracterizar um terreiro como umbandista. Em publicação posterior, Tancredo da Silva Pinto e Byron Torres de Freitas afirmaram: “Terreiro de Umbanda que não usar tambores e outros instrumentos rituais, que não cantar pontos em linguagem africana, que não oferecer sacrifício de preceito e nem preparar comida de santo, pode ser tudo, menos Terreiro de Umbanda” (Freitas; Pinto, 1956, p. 58).

O documento apresenta uma concepção de Umbanda na qual o uso de tambores, instrumentos rituais, pontos em linguagem africana, sacrifícios e preparação de comida de santo aparece associado à própria definição do terreiro como umbandista.

Amorim (2021), evidencia que a atuação de Tata Tancredo também ultrapassou os limites dos terreiros. A fundação da Confederação Umbandista do Brasil, em 1952, a publicação de obras, sua atuação na imprensa, especialmente por meio da coluna que manteve durante duas décadas no jornal *O Dia*, inicialmente em parceria com Byron Torres de Freitas, e suas articulações no campo cultural, dentro e fora do Rio de Janeiro, constituíram estratégias para ampliar a visibilidade das tradições que defendia. Ao ocupar diferentes espaços sociais, institucionais e culturais, Tancredo buscava afirmar outras possibilidades de pertencimento religioso e de reconhecimento das matrizes africanas, demonstrando que a institucionalização das Umbandas não produziu uma trajetória única, mas também abriu novas frentes de disputas.

Os registros sobre práticas religiosas afro-brasileiras anteriores à institucionalização da Umbanda também evidenciam a existência de experiências e sujeitos localizados em diferentes temporalidades. Entre esses registros encontram-se referências aos calundus e a sujeitos como Luzia Pinto e Maria Batayo (Dias, 2024; Souza, 2009).

Essas referências permitem identificar a presença anterior de práticas, conhecimentos e formas de organização religiosa afro-brasileira no Brasil. Em temporalidades posteriores, a trajetória de Tata Tancredo da Silva Pinto e a constituição da Umbanda Omolokô apresentam outras formas de articulação entre práticas, referências afro-brasileiras e elementos de origem centro-africana e afro-diaspórica.

A documentação analisada evidencia, portanto, a coexistência de diferentes formas de compreender e praticar as Umbandas. De um lado, aparecem projetos que aproximavam a religião de referências cristãs e kardecistas e buscavam estabelecer determinadas formas de institucionalização. De outro, encontram-se sujeitos e organizações que reivindicavam a presença de práticas e fundamentos africanos e indígenas como elementos constitutivos da religião. Os periódicos constituíram um dos principais espaços nos quais essas concepções foram registradas e confrontadas.

Os resultados indicam, assim, que o processo de institucionalização das Umbandas foi acompanhado pela produção de diferentes concepções sobre a religião e pela disputa entre grupos que apresentavam distintas formas de definir suas práticas, referências e pertencimentos. A constituição institucional não eliminou essas diferenças, que continuaram a aparecer em organizações religiosas, trajetórias individuais e espaços de circulação pública, especialmente na imprensa.

Discussão

Em diálogo, Dias (2024) e Simas (2021) permitem compreender que não estava em questão apenas a presença de elementos africanos e indígenas, mas a forma como essas heranças poderiam ser reconhecidas e legitimadas dentro da religião. Como afirma Sá Júnior (2012, p. 8), era “preciso se

afastar do mundo negro, mas, ao mesmo tempo, manter uma identidade que os fizessem reconhecidos no continuum religioso".

A noção de sincretismo intencional, discutida por Dias (2024), contribui para compreender essas aproximações não apenas como resultado espontâneo do contato entre diferentes tradições, mas também como respostas às condições históricas de repressão, busca por reconhecimento e o afastamento de elementos africanos e indígenas. A incorporação de referências cristãs e kardecistas, nesse sentido, participou da construção de uma linguagem capaz de tornar determinadas práticas mais socialmente aceitáveis.

Entretanto, essas escolhas não se encerraram no contexto em que foram produzidas. A perspectiva da Sociologia Histórica permite observar como diferentes processos sociais interagem ao longo do tempo e como determinadas escolhas podem ampliar ou restringir possibilidades posteriores. Conforme Monsma, Salla e Teixeira (2018), os processos de reprodução e mudança atuam conjuntamente na constituição das trajetórias sociais. No caso das Umbandas, estratégias inicialmente relacionadas à repressão e à busca por legitimidade contribuíram para sedimentar determinadas referências como centrais à religião.

Esse processo, contudo, não significou o desaparecimento de outras formas de vivenciar e compreender as Umbandas. A leitura de Dias (2024), em diálogo com Souza (2009), permite deslocar a análise de uma origem pontual para a existência de práticas e saberes afro-brasileiros anteriores à institucionalização. Os registros sobre os calundus e sujeitos como Luzia Pinto evidenciam a presença histórica dessas práticas no Brasil, permitindo compreendê-las a partir de continuidades, reelaborações e confluências.

A presença dessas memórias permite deslocar novamente a discussão sobre a constituição das Umbandas. Se determinadas narrativas procuravam estabelecer uma origem única e distante para a religião, trajetórias como as de Luzia Pinto, Maria Batayo e Tata Tancredo, localizadas em temporalidades diferentes, apontam para a existência de continuidades entre experiências religiosas afro-brasileiras anteriores e as formas de Umbanda que se consolidaram ao longo do século XX. O Omolokô, nesse sentido, constitui um espaço privilegiado para observar essas continuidades, sobretudo por articular elementos da religiosidade afro-brasileira, práticas e referências centro-africanas e afro-diaspóricas.

Nessa tensão entre continuidade e mudança, reprodução e resistência, que se torna possível compreender as Umbandas como resultado de processos sociais distintos que se combinam ao longo do tempo e produzem diferentes formas de fazer-se umbandista. Esses espaços constituíram importantes meios de circulação e afirmação de diferentes projetos para as Umbandas tornando públicos os debates em torno de suas práticas, referências e formas de legitimidade.

As disputas em torno da legitimidade das religiões de matriz africana, contudo, não se encerraram com sua institucionalização. As reflexões de Miranda (2021) sobre o racismo religioso evidenciam a permanência de mecanismos que buscam deslegitimar e restringir a presença dos povos de terreiro no espaço público, enquanto Simas (2021) chama atenção para as formas contemporâneas de violência dirigidas às religiões afro-brasileiras, especialmente diante da atuação de setores neopentecostais e de sua articulação com diferentes territórios e grupos sociais. A disputa permanece relacionada à possibilidade de determinados corpos, saberes, práticas e ancestralidades ocuparem legitimamente o espaço público. A história das Umbandas revela, assim, que uma religião pode alcançar institucionalização e visibilidade social e, simultaneamente, permanecer atravessada por hierarquias que desqualificam determinadas referências de sua própria constituição dentro e fora dos terreiros.

Conclusão

A análise evidencia que o processo de legitimação das Umbandas não pode ser compreendido como uma trajetória linear de institucionalização, mas como resultado de diferentes disputas em torno de suas tradições e formas de reconhecimento. O Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, em 1941, constituiu um momento importante nesse processo ao reunir diferentes formulações sobre a religião e estabelecer discursos que contribuíram para sua apresentação pública e institucional. Nesse movimento, determinadas aproximações com o cristianismo e o kardecismo foram mobilizadas como estratégias de legitimidade, enquanto fundamentos africanos e indígenas foram, em diferentes situações, reelaborados, hierarquizados ou deslocados de suas próprias percepções já estabelecidas.

Ao acompanhar esses processos para além do Congresso, foi possível observar a permanência de práticas e saberes afro-brasileiros. A atuação de lideranças como Tata Tancredo e a defesa do Omolokô demonstram que, em um mesmo contexto político no qual um segmento social determinava o que era Umbanda, outros também reivindicavam legitimidade e reconhecimento, mobilizando estratégias para alcançá-los e entrando, inclusive, em debate direto, por meio da ocupação de diferentes espaços da esfera pública para divulgar, afirmar e legitimar suas concepções sobre as Umbandas. A partir da Sociologia Histórica, compreende-se, portanto, que reprodução e mudança ocorreram simultaneamente: enquanto determinados fundamentos foram reconhecidos e reproduzidos como legítimos, outros foram reelaborados, confinados, realocados.

Por fim, as disputas analisadas permitem compreender as Umbandas como construções sociais e históricas, constituídas pela interação entre diferentes trajetórias, práticas e saberes. O terreiro aparece, nesse processo, não apenas como espaço de reprodução de tradições, mas como lugar de elaboração, transmissão e transformação de conhecimentos e experiências ancestrais. As formas contemporâneas de racismo religioso evidenciam que esses processos continuam em movimento, tornando necessário reconhecer como os fundamentos africanos e indígenas permanecem sendo reelaborados e vivenciados pelos povos de terreiro. Nesse sentido, a história das Umbandas não se encerra em sua institucionalização, mas permanece em constante fazer-se.

Referências

Fontes bibliográficas:

AMORIM, Diego Uchoa de. O Papa Negro da Umbanda e General da Banda no Samba: Tancredo da Silva Pinto (Tata Ti Inkice) no Brasil do Pós-Abolição. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 21, p. 17–38, 2021.
DIAS, David. **Sincretismo na Umbanda: pactos e impactos na identidade dos povos de terreiro.** São Paulo: Editora Encruzilhadas, 2024.
FREITAS, Byron Torres; PINTO, Tancredo da Silva. **As impressionantes cerimônias de Umbanda.** Rio de Janeiro: Editora Souza, 1955.
FREITAS, Byron Torres; PINTO, Tancredo da Silva. **Camba de Umbanda.** Rio de Janeiro: Editora Souza, 1956.
MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A "política dos terreiros" contra o racismo religioso e as políticas "cristofascistas". **Debates do NER**, v. 21, n. 40, p. 17–41, 2021.
MONSMA, Karl; SALLA, Fernando Afonso; TEIXEIRA, Alessandra. A sociologia histórica: rumos e diálogos atuais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 65–87, 2018.
OLIVEIRA, José Henrique Motta de. **Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise do discurso dos intelectuais de Umbanda durante o Estado Novo.** CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 14, p. 60–85, 2009.
ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1991.
SÁ JÚNIOR, Mario Teixeira de. A invenção do Brasil no mito fundador da Umbanda. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012.
SIMAS, Luiz Antônio. **Umbandas: uma história do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Fontes primárias:

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 16 out. 1941, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=Umbanda&pasta=ano%20194&pagfis=7371. Acesso em: 01 ago. 2026.
JORNAL DE UMBANDA. Rio de Janeiro, n. 40, mar. 1954, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=111848. Acesso em: 01 ago. 2026.